



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/ UnB/ MEC/ SECAD
Curso de Especialização em Diversidade e
Cidadania, com Ênfase na Educação de Jovens e Adultos

MARIZA BUENO DE OLIVEIRA

**COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À VIOLÊNCIA CONTRA
AFRODESCENDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

BRASÍLIA, DF

julho, 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/ UnB/ MEC/ SECAD
Curso de Especialização em Diversidade e
Cidadania, com Ênfase na Educação de Jovens e Adultos

MARIZA BUENO DE OLIVEIRA

**COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À VIOLÊNCIA CONTRA
AFRODESCENDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

CARMENÍSIA JACOBINA AIRES
ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA

PROJETO DE INTERVENÇÃO

Brasília, DF julho/ 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/ UnB/ MEC/ SECAD
Curso de Especialização em Diversidade e
Cidadania, com Ênfase na Educação de Jovens e Adultos

MARIZA BUENO DE OLIVEIRA

**COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À VIOLÊNCIA CONTRA
AFRODESCENDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de conclusão de Curso de Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, Com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos necessários
para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

CARMENÍSIA JACOBINA AIRES
Professora Orientadora

ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA
Tutora Orientadora

ELAINE FILOMENA CHAGAS CÁCERES VITOR
Avaliadora Externa

BRASÍLIA, DF julho, 2010

Dedico o presente trabalho, primeiramente a Deus, que com amor, tomou-me em seus braços nos momentos mais difíceis da vida. E à minha família, que soube compreender a minha ausência e me apoiar em mais esta etapa profissional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus alunos de EJA, primeiro e segundo segmentos, por serem as causas máximas da formulação deste projeto. Aos orientadores do Curso de Especialização em Diversidade e Cidadania, com Ênfase na EJA, cuja dedicação e presteza foram fundamentais para a elaboração do presente trabalho. E também aos parceiros, cuja colaboração será fundamental para a concretização do projeto.

O medo é um preconceito dos
nervos. E um preconceito, desfaz-se.
Basta a simples reflexão.

Machado de Assis

RESUMO

O Brasil, no período de colonização, adotou o escravismo como forma de mão-de-obra trabalhadora. Milhares de africanos vieram para esse país contra a própria vontade, deixando suas casas e raízes culturais e foram obrigados a assimilar uma cultura diferente, que os subjugava social e economicamente. Séculos se passaram, os escravos foram libertos, a mão-de-obra brasileira tornou-se proletariada, mas a marginalização de outrora contra o afrodescendente, persiste; não a mesma de antes, agora velada. Isso, mesmo em face de inúmeras tentativas sociais e governamentais no século XIX e XX, a fim de promover o respeito aos direitos humanos independente da cor da pele, condição social ou gênero. Tal discriminação é ainda maior contra aqueles jovens e adultos habitantes de regiões com grande disparidade econômica, como o Distrito Federal e Entorno. E, infelizmente, a escola muitas vezes é uma propagadora desse preconceito à medida que não integra a cultura africana como parte da gênese da cultura brasileira, embora essa integração seja curricularmente obrigatória no ensino básico brasileiro desde 2003, conforme a Lei Nº 10.693. O preconceito racial advém de um histórico de marginalização secular e entende-se no Brasil que a inserção de elementos culturais no ensino pode promover além de conhecimento acerca da história do Brasil, o respeito à diversidade étnico-cultural existente no país. No entanto, não é o que acontece na prática em muitas escolas. A Escola Municipal Nova Friburgo, apesar de ter projetos de incentivo ao respeito à diversidade, ainda está longe de alcançar a sua potencialidade máxima de promoção do conhecimento e de libertadora das amarras culturais alienadoras que impedem o exercício pleno da igualdade de direito entre os povos. Para isso, a escola deve procurar desenvolver, por meio de práticas pedagógicas inovadoras, a construção de um conhecimento capaz de formar cidadãos conscientes e críticos quanto à própria realidade, de reconhecer a origem da discriminação racial existente na sociedade, e de lutar contra ela rompendo as barreiras do preconceito. Para que assim, todos juntos formem uma sociedade mais justa e equiparável, social e economicamente. A promoção do respeito ao próximo por meio do conhecimento *libertador*, desalienador, aquele capaz de superar preconceitos e prerrogativas; que deve ser alcançado a partir de trabalhos sócio-participativos envolvendo alunos, professores e comunidade é o maior anseio do presente trabalho, que será realizado nessa escola que enfrenta diariamente as conseqüências do preconceito racial.

PALAVRAS- CHAVE: EJA, preconceito, afrodescendente, ensino, cultura.

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE	8
2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	9
2.1 TÍTULO	9
2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA	9
2.3 INSTITUIÇÃO	9
2.4 PÚBLICO	9
2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO.....	9
3 AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	10
4 JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	12
5 OBJETIVOS	17
5.1 OBJETIVO GERAL	17
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
6 ATIVIDADES/ RESPONSABILIDADES	18
6.1 ATIVIDADES CONJUNTAS	18
6.2 LÍNGUA PORTUGUESA.....	18
6.3 CIÊNCIAS NATURAIS	19
6.4 HISTÓRIA.....	19
6.5 ARTE	19
6.6 GEOGRAFIA	19
6.7 MATEMÁTICA	20
6.8 LÍNGUA ESTRANGEIRA- INGLÊS.....	20
7 CRONOGRAMA	21
8 PARCEIROS	23
9 ORÇAMENTO	24
10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

1.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Nome: Mariza Bueno de Oliveira. Telefone(s): 8529-3609/ 36151993. E-mail: mariza.bueno@hotmail.com.

Universidade de Brasília- Pólo Santa Maria. Turma H.

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 TÍTULO

COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À VIOLÊNCIA CONTRA AFRODESCENDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Este é um projeto de atuação local.

2.3 INSTITUIÇÃO

Colégio Municipal Nova Friburgo. Endereço: Área Especial Quadra 24 S/N Parque Nova Friburgo etapa "B". Instituição pública subordinada à Secretaria de Educação Desporto e Lazer de Cidade Ocidental- GO.

2.4 PÚBLICO

Ensino Fundamental de EJA, 1º e 2º segmentos. São alunos de classe média-baixa entre 14 e 60 anos. Por motivos diversos, alguns há mais de duas décadas, interromperam seus estudos. Ou nunca estudaram. A maioria dos alunos é composta por afrodescendentes, entre os quais é notável a baixa auto-estima e as dificuldades de interação social com professores e colegas. Aparentemente, o fator racial é um ponto de dificuldade de integração. E o alto índice de evasão escolar pode estar relacionado a essa falta de socialização dos alunos.

2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO

Será um total de 11 meses. No período compreendido entre os meses de fevereiro e dezembro de 2011.

3 AMBIENTE INSTITUCIONAL

Segundo dados da Secretaria de Educação da Cidade Ocidental, a Escola Nova Friburgo foi fundada em 1983, em uma antiga fazenda. Era uma escola de 1º grau multigraduada, ou seja, aquela em que um professor leciona para as quatro séries unidas em uma mesma sala.

Na data de inauguração, a escola situava-se na zona rural do Município de Luziânia. A direção e a secretaria funcionavam na sede da Secretaria de Educação, Desporto e Lazer do município. Apenas em 1990, com a emancipação política da Cidade Ocidental, a escola tornou-se Escola Municipal Nova Friburgo, integrando a estrutura da Secretaria de Educação Cultura, Desporto e Lazer do novo município. Nessa época, passou pela primeira reforma estrutural e administrativa. Passando a pertencer à zona urbana.

Com o aumento da população estudantil, a escola passou a oferecer o ensino da pré-escola à quarta série. E, posteriormente, para todo o ensino fundamental. Desde 1996, graças ao advento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9394/96, o método de ensino adotado é o construtivismo. Apenas no ano de 2000, passou a oferecer a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) para 1º e 2º segmentos.

Atualmente, encontra-se em funcionamento nos períodos matutino, vespertino e noturno. Ao todo se somam 710 alunos (setecentos e dez alunos), dos quais 165 são da EJA 1º e 2º segmentos. Após várias reformas, a escola conta com Direção (indicada politicamente), Secretaria Escolar, Coordenador pedagógico, e corpo docente com 78 professores, a maioria com nível superior completo. Todos esses, integrantes do quadro de professores do Município de Cidade Ocidental- GO, admitidos de acordo com legislação específica.

O espaço físico é relativamente bem estruturado, contendo 15 salas de aula, 01 sala para Direção, 01 para Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional, além de Cantina, 06 banheiros masculinos e 06 femininos, 01 sala para professores com banheiro, 02 depósitos para guardar materiais de limpeza e 01 despensa de alimentos. O laboratório de informática está adaptado aos portadores de necessidades especiais.

A escola também possui projetos tais como: “Convivência na Escola”, “Diversidade Cultural e Ambiental”. E o desenvolvimento do Plano Político Pedagógico estabelece ações voltadas para assegurar um ensino autônomo, participativo, que

incentive a prática da cidadania, um dos temas mais marcantes, do debate educacional no Brasil, na atualidade.

Apesar dos avanços na estrutura e na política educacional, a escola vivencia um grave problema: o preconceito racial. A Cidade Ocidental localiza-se no Entorno do Distrito Federal, em uma região com altos índices de pobreza e de violência. É considerada uma cidade-dormitório, em que parte significativa da população que mora na cidade trabalha no DF. A região possui um histórico de ascendência negra muito marcante, devido, sobretudo, às comunidades negras que se estabeleceram na região, antes e depois da abolição da escravatura. Isto pode ser observado por manifestações culturais da população e a existência do Quilombo do Mesquita. Infelizmente, devido ao alto índice de violência na região, convencionou-se, pelas camadas sociais mais abastadas, correlacionar a marginalização econômica a um estereótipo caracteristicamente étnico. São discriminados por uma ideologia camuflada que coloca o negro em um papel subalterno nas relações trabalhistas. E como parte da população ocidentalense convive, diariamente, com essa marginalização social em seus empregos, tal ideologia parece ter se disseminado na cidade, atingindo diretamente a população local, de modo a se expressar claramente na escola, especialmente na Educação de Jovens e Adultos.

4 JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

“O ser humano está ao mesmo tempo na esfera da natureza e da história” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, 1999). Trata-se de um ser autônomo, dotado de consciência e de vontade, ao mesmo tempo em que é constituído pela coletividade ao confrontar-se constantemente com a realidade de seus semelhantes e com o contexto ambiental que o cerca. O afrodescendente brasileiro vive hoje à sombra de uma história marcada por séculos de exploração de mão-de-obra trabalhadora e de marginalização sócio-econômica, o que pode ser comprovado pela disparidade econômica entre brancos e negros brasileiros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2008). A violência, por sua vez, está associada à miséria, e devido às divergências sócio-econômicas citadas, quem mais sofre com a criminalidade são os afrodescendentes. Por conta disso, criou-se a ideologia de que a criminalidade está vinculada a caracteres étnicos, tornando ainda maior o abismo sócio-econômico entre brancos e negros. A escola, nesse contexto, pode desempenhar dois papéis. O de propagadora do preconceito, à medida que não contempla satisfatoriamente os objetivos das leis Nº 10.639/2003 e Nº 11645/2008, que instituíram obrigatoriedade, a todas as escolas, de integração da História e Cultura afro-brasileiras e indígenas ao currículo escolar de Ensino Fundamental e Médio, a serem ministradas, especialmente, nas disciplinas de História, Arte e de Língua Portuguesa. Ou a de orientadora da construção coletiva de um sujeito crítico-participativo, adaptado à realidade em que está inserido. Um cidadão capaz de questionar o próprio papel na sociedade, apontando mecanismos para a superação desta; e exercendo sua cidadania, entendida aqui como exercício pleno e democrático de direitos e de deveres. Um ser cujo desenvolvimento social deverá estar fundado em quatro pilares da educação: o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos, e o aprender a ser (Delors, 1998). Esse último é o que anseiam as novas práticas pedagógicas.

Os séculos XIX e XX foram marcados por revoluções ideológicas advindas da Revolução Industrial e das conseqüências da mudança no modo de produção, que permitiram à educação tornar-se um tema prioritário entre as nações e que possibilitou uma revolução nas práticas pedagógicas no Brasil. A Declaração Universal dos Direitos Humanos deixa claro, essa preocupação:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito... (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo XXXVI, 1. Paris, 1948).

Tal declaração é precursora da Constituição Federal de 1988 e da “doutrina da proteção integral brasileira”, promulgada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8. 069, de 13 de julho de 1990). Juntos, o texto constitucional e o texto legal elevam o Ensino Básico à condição de Direito Fundamental oferecido a todas as crianças e adolescentes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, Título V, Capítulo II, Seção V, artigos 37 e 38 consideram que a educação básica pode ser exercida também pelos jovens e adultos. Esta deve ser assegurada pelos sistemas de ensino considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames.

Ao longo das últimas décadas muito se avançou politicamente na tentativa de diminuir as disparidades educacionais e de incentivar a educação continuada visando também à erradicação do analfabetismo, da violência e da intolerância na escola. A valorização à diversidade, ao respeito mútuo e à igualdade de condições educacionais foi reconhecida com a criação de instrumentos legais como a Lei Nº 10.639/2003 e a Lei Nº 11645/2008, que orientam a educação de relações étnico-raciais. A criação de secretarias especiais como a Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), além de parcerias com instituições privadas através de programas do Governo Federal, como o Pro- Uni, por exemplo. Tudo isso vêm trazendo avanços consideráveis à educação dos jovens e adultos trabalhadores (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2008).

Apesar disso, ainda existe uma disparidade educacional imensa entre ricos e pobres, e que se estende a brancos e negros. O Brasil é marcado por um triste histórico de exclusão étnico-racial, econômica e social a uma educação de qualidade. Tal disparidade educacional torna-se econômico-racial devido a processos ligados à *abolição social*¹, porém não econômica dos escravos. A liberdade concedida

¹ Abolição social: refere-se ao fato de que a Lei Áurea, aprovada pelo Parlamento Imperial e sancionada pela Princesa Isabel de Bragança em 13 de maio de 1888, garantia aos escravos a liberdade do trabalho forçado que deveriam realizar nas fazendas de seus respectivos donos, e a liberdade de ir e de vir pelas ruas das cidades, sem terem que apresentar documento que comprovasse a alforria. No entanto, não garantiu a esses, qualquer indenização pelos trabalhos prestados, seja na forma de dinheiro, ou de concessão de terras. Ou ainda maneiras de capacitá-los a trabalhos mais intelectuais. De modo que muitos afrodescendentes libertos foram obrigados a trabalhar nas terras que haviam sido libertos, em

aos negros, por meio da abolição da escravidão, garantiu apenas o direito de ir e de vir desses, mas os privou de outros direitos como à terra e à educação de qualidade (Cruz, 2005). Ainda hoje, nota-se claramente a distorção no acesso ao ensino de qualidade, e permanência na escola entre brancos e negros, de modo que há uma diferença de cerca de dois anos e meio no nível de escolaridade entre as duas etnias (Conselho Nacional de Educação, 2004).

Ademais, embora o ensino da História e cultura afro-brasileira seja obrigatório em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio desde janeiro de 2003, conforme a Lei Nº 10.639, documento que também instituiu, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”, tal obrigatoriedade não reflete a realidade escolar de muitas cidades brasileiras (Presidência da República, 2007). Como afirmava Nagle em 1984, acerca da História da Educação Brasileira, o ensino básico nunca contemplou a multiplicidade dos aspectos da vida social e da riqueza cultural do povo brasileiro. Pelo contrário, o regime assimilacionista vigente no Brasil, há séculos, força os negros a perderem a própria identidade à medida que a sua história é diluída, gradativamente, em uma série de conceitos eurocêntricos discriminadores, ao mesmo tempo em que promove o distanciamento social entre brancos e negros dificultando ainda mais a equidade de oportunidades.

A democracia racial é possível, mas só é praticável conjuntamente com a democracia social. Ou bem há democracia para todos ou não há democracia para ninguém, porque a opressão do negro condenado à dignidade de lutador da liberdade, corresponde o opróbrio do branco posto no papel de opressor dentro da sua própria sociedade. (Darcy Ribeiro, 1995. O povo brasileiro, página 227).

Todos sofrem as consequências do preconceito, tanto aquele tido como oprimido, quanto aquele intitulado opressor. De modo que ainda há muito a se fazer para que todos tenham o direito de “ser-mais”. Para Freire (1987), todos os homens e mulheres possuem situações-limites que os impedem de prosseguir com os seus objetivos, de melhorar o que são, de humanizar-se, ou seja, que os impedem de “ser mais”. Mas quando esses homens e mulheres tornam-se seres conscientes, refletem e agem para derrubar tais situações que deixaram a si, e a quase todos ao seu redor,

condições trabalhistas desumanas, por falta de emprego. Outros fundaram comunidades em pequenas porções de terras e ali se estabeleceram como agricultores de subsistência. Assim, apesar de libertos socialmente, estavam impossibilitados de ascender economicamente, continuando a ocupar uma posição marginalizada na sociedade.

limitados a “ser-menos”; a situação que antes era inviável torna-se o “inédito viável” já transformado, concretizado. E não mais impede da construção do “ser-mais”. Infelizmente, aqueles que “têm-mais”, impedem que aqueles que “têm-menos”, “sejam-mais”. E como o acesso a boas condições de ensino, lazer e cidadania não é igual para todos, faz-se necessário que haja igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais, a fim de se alcançar a equidade de oportunidades.

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional. (Ministério da Educação: Direito à Educação: Subsídios para a gestão dos Sistemas Educacionais, 2004, p. 326).

Quanto à Cidade Ocidental, especialmente os afrodescendentes que freqüentam a Escola Nova Friburgo, eles sofrem, adicionalmente ao preconceito racial, o preconceito sócio-econômico. A Cidade Ocidental está localizada no Entorno Sul do Distrito Federal. A região é considerada pobre, com alto índice de criminalidade e composta predominantemente por afrodescendentes. Um quadro comum nas periferias brasileiras, advindo de fatores históricos de má distribuição econômica, entre brancos e negros. A íntima relação entre pobreza e marginalidade social, muitas vezes torna-se um pretexto para a marginalização racial. E isso ocorre em todos os segmentos da sociedade, constantemente. Inclusive no ambiente escolar, que ainda se configura como um meio propagador de preconceito racial (Cruz, 2005). É notável a predileção dos professores em estabelecer comunicação com alunos cuja cor da pele seja mais clara. Não raro, é possível presenciar professores temerosos por seus carros estacionados em frente à escola, apenas porque há jovens negros sentados na calçada. O mesmo tipo de discriminação ocorre com os professores negros. A comunidade escolar, em geral, tende a desconfiar do trabalho realizado por eles. Entre os próprios alunos há segregação racial por meio de pré-conceitos eurocêntricos de beleza e de pureza. A partir dessas e de outras situações de discriminação, modifica-se toda a vida social do afrodescendente, que passa a não mais reconhecer-se como detentor de qualidades sociais. E pode perder o entusiasmo de realizar os próprios sonhos e de construir um mundo melhor para si e para os seus semelhantes.

Grande parte do preconceito contra o negro no ambiente escolar emana da ignorância de professores e de alunos acerca da cultura africana. E falta preparação do corpo docente para lidar com o assunto, de modo que mesmo sendo obrigatório o

ensino de cultura afro-brasileira nas escolas, ainda é um tema de difícil aceitação no ambiente escolar. A Escola Municipal Nova Friburgo, localizada na Cidade Ocidental-GO, apesar de possuir projetos de integração social, ainda precisa melhorar bastante quanto ao ensino sobre a cultura afro-brasileira e práticas pedagógicas para o desenvolvimento dessa atividade. Isso, especialmente, no Ensino de Jovens e Adultos, cujos alunos são os mais atingidos pelo preconceito econômico-racial e cujas práticas de ensino devem ser diferenciadas para melhor atender às necessidades sócio-educativas dos discentes.

E essa escola pode desempenhar um papel fundamental no processo de equiparação social daquela comunidade. Isso por meio da aquisição democrática de conhecimento conquistada através da participação conjunta de professores de várias áreas de ensino no combate à discriminação racial e na promoção do respeito à diversidade em ambiente escolar. Com base nesse preceito, o projeto aqui apresentado propõe a participação dos professores das mais diversas áreas do conhecimento no desenvolvimento de atividades específicas, inter-relacionadas, voltadas para o Ensino de Jovens e Adultos.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Combater o preconceito racial na Escola Municipal Nova Friburgo por meio da informação e de práticas educativas.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover o conhecimento e a prática das Leis Nº 10.639 e N º 11.645 que tornam obrigatória a inclusão de História e Cultura afro-brasileira e indígena no currículo do Ensino Fundamental e Médio de todos os estabelecimentos educacionais brasileiros, a serem trabalhadas, especialmente, pelas disciplinas de História, Arte e Língua Portuguesa.
- Conhecer a cultura africana por meio de estratégias e práticas educativas
- Enfatizar a importância do respeito à diversidade e à cidadania.

6 ATIVIDADES/ RESPONSABILIDADES

“O desenvolvimento social no Brasil e a homogeneidade cultural transcenderam as singularidades ecológico-regionais e as marcas decorrentes da variedade das matrizes raciais que formou o povo brasileiro” (Ribeiro, 1995). Nesse contexto, coube à cultura negra, durante séculos, lugar marginalizado na sociedade. A ruptura de um paradigma sócio-cultural tão antigo e intenso como o preconceito racial não é uma tarefa fácil. Tampouco, instantânea. Pois esse está pautado em um forte componente emocional que se baseia em uma crença que mesmo que fuja à razão, tem poucas possibilidades de ser modificado (Heller, 1989). A não ser que fatos objetivos, trabalhados em conjunto por várias esferas do conhecimento, consigam fazer com que as pessoas pensem a respeito de suas crenças e tornem-se capazes de reformulá-las.

6.1 ATIVIDADES CONJUNTAS

- Festa com comidas tipicamente africanas
- Semana de debates sobre a importância da cultura negra para a formação do povo brasileiro. Ciclo de palestras com profissionais afrodescendentes de grande sucesso.
- Feira de História, Arte e Tecnologia da África.
- Socialização dos trabalhos realizados durante o ano letivo
- Avaliação das atividades trabalhadas. Entrega de relatórios.

6.2 LÍNGUA PORTUGUESA

- Produção de texto (reportagens, textos expositivos, reflexões), leitura e interpretação de textos relacionados ao tema “Diversidade racial e Preconceito” para montar Jornal Mural.
- Linguagem Oral: conversas, relatos, discussões, debates e entrevista;
- Literatura Afro-brasileira
- Análise gramatical: pontuação, ortografia (ss., sc, z e x), verbo, acentuação gráfica, coerência e coesão;

6.3 CIÊNCIAS NATURAIS

- História da higiene e saúde no Brasil. Resgate das raízes medicinais da cultura popular africana. Problemas de saúde pública atingindo a população africana, e de afrodescendentes viventes no Brasil;
- Visitar o quilombo Mesquita e ver onde é despachado o lixo urbano da população residente na área. E propor alternativas de manejo desse lixo.

6.4 HISTÓRIA

- Estudar a História e a evolução da humanidade envolvendo a Lei 10639 e 11645; Observar as diferenças na evolução tecnológica e do pensamento humano;
- Construir um estudo da História da Escravidão;
- Identificar a participação dos negros na formação da população brasileira, verificar onde há predominância de negros (cidade\campo, centro\ periferia e favelas), o crescimento populacional (taxas de crescimento entre negros e brancos) e suas conseqüências;
- Analisar a composição populacional do ambiente urbano *versus* rural no Brasil desde o período pré-colonial até os dias atuais. As mudanças ao longo dos séculos e as implicações para a formação cultural do brasileiro.

6.5 ARTE

- Dramatizar a vida dos afrodescendentes do Brasil no mercado de trabalho, relações sociais e fatores culturais.
- Simular cotidiano no quilombo criando personagens baseados na visita feita ao Quilombo do Mesquita e por meio de debates.
- Montar e apresentar uma peça de teatro sobre a vida dos afrodescendentes viventes no Brasil.
- Produzir cartões de auto-estima para os colegas;

6.6 GEOGRAFIA

- Composição da população brasileira nas diferentes regiões do país.

- História de ascensão do negro no mercado de trabalho nacional
- Análise de dados referentes à composição étnica da população brasileira fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

6.7 MATEMÁTICA

- Trabalhar gráficos, tabelas e estatísticas populacionais acerca da população brasileira.
- Buscar exercícios com enfoque no ser humano, no respeito à diversidade racial e à natureza.

6.8 LÍNGUA ESTRANGEIRA- INGLÊS

- Vídeos de países africanos com língua oficial inglesa, mostrando as diferenças de sotaque, gírias, cujo objetivo é promover o respeito à diversidade.
- Procurar textos na internet em inglês sobre o respeito à diversidade racial e traduzi-los para exposição em Jornal Mural

7 CRONOGRAMA

Tabela 1. Plano de atividades.

Atividades	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Previsão	Comprar material para Jornal Mural.	Agendar visita ao quilombo	Começar a Preparar festa típica Agendar palestras	Lista de material para festa típica	Comprar itens da festa típica	Preparar barracas para festa típica	Organizar palestras	Organizar palestras Preparar feira cultural africana	Preparar feira cultural africana	Organizar trabalhos para socializá-los	Analisar relatório
Atividades Conjuntas	Organizar Jornal Mural	Jornal mural	Visita ao quilombo	Organizar festa típica	Organizar festa típica	Festa Típica	Organizar palestras	Ciclo de Palestras e Debate	Feira Cultural Africana	Socializar trabalhos	Entrega do relatório
Português	Produção de textos e debates	Jornal mural	Conversas relatos discussão acerca da visita ao quilombo	Literatura afro-brasileira	Gramática aplicada ao texto	Literatura afro-brasileira Festa típica	Organizar palestras	Ciclo de palestra/ debates Entrevista Produção de textos	Literatura afro-brasileira Feira Cultural Africana	Gramática aplicada ao texto Socializar trabalhos	Entrega do relatório
Ciências Naturais	Higiene no Brasil	Jornal Mural	Debate acerca dos problemas de saneamento básico do quilombo. Soluções.	Doenças por falta de saneamento básico	Resgate às raízes culturais da medicina africana	Festa típica	Organizar palestras	Manejo de lixo orgânico	Apresentação de trabalhos sobre opções de manejo para o lixo orgânico do quilombo	Socializar trabalhos	Entrega do relatório
História	O povo africano e a formação do povo brasileiro	Jornal Mural	Escravidão e os focos resistentes Formação dos Quilombos	Situação do afro-brasileiro no período pós-abolição da escravidão	Elementos culturais africanos na culinária brasileira Organizar Festa típica	Festa típica	Organizar palestras	Ciclo de Palestra/ debate	Feira cultural africana	Socializar trabalhos	Entrega do relatório

Atividades	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Arte	Elementos da arte africana no Brasil	Jornal Mural	Dramatizar sobre a vida no Quilombo	Organizar festa típica	Organizar festa típica	Festa típica	Organizar palestras	Peça de teatro sobre a vida do afro-brasileiro	Feira cultural africana	Socializar trabalhos	Entrega do relatório
Geografia	Distribuição étnico-geográfica da população brasileira	Jornal Mural	História de ascensão do negro no mercado de trabalho	Brasil: Um país de todos?	Influência da cultura africana no Brasil Organizar Festa típica	Festa típica	Organizar palestras	Análise de dados do IBGE	Feira cultural africana	Socializar trabalhos	Entrega do relatório
Matemática	Gráficos, tabelas e estatísticas acerca da população brasileira	Jornal mural	Exercícios humanizadores	Exercícios humanizadores	Exercícios humanizadores	Festa típica	Organizar palestras	Exercícios humanizadores	Exercícios humanizadores	Socializar trabalhos	Entrega do relatório
Língua estrangeira Inglês	Textos sobre diversidade racial	Jornal Mural	Vídeo/ debate	Vídeo/ debate	Análise Textual Organizar Festa típica	Festa típica	Organizar palestras	Produção de texto	Feira cultural africana	Socializar trabalhos	Entrega do relatório

8 PARCEIROS

Para a realização do presente trabalho, será fundamental a parceria de professores da EJA 1º e 2º segmentos das variadas áreas do conhecimento. Além disso, a escola deverá estar preparada para a realização das atividades propostas, de modo que a colaboração dos funcionários também será de fundamental importância. A participação dos habitantes do quilombo Mesquita na construção de um conhecimento libertador acerca da história do negro no Brasil, e da luta das populações quilombolas para manterem preservadas as raízes histórico-culturais africanas do afro-brasileiro enriquecerá profundamente o projeto. Quanto à Secretaria de Educação de Cidade Ocidental, caberá a ela disponibilizar o ônibus para a visita ao Quilombo do Mesquita, além de fomento, caso seja necessário, de modo que o apoio da Secretaria de Educação é estritamente necessária.

9 ORÇAMENTO

Deverá ser priorizada a utilização de materiais recicláveis como jornais, revistas e garrafas PET e materiais existentes na escola. Parte da arrecadação orçamentária advirá da Festa Típica e o restante dependerá de recursos da Secretaria de Educação.

Tabela 2. Orçamento básico previsto.

Produtos	Unidades	Preço por unidade (R\$)	Total (R\$)
Cartolinas ¹	100	0,24	24,00
Cola Biscuit Poly Forte 1 kg – Pulvitec ²	2	8,90	17,80
Papel crepon (pcte c/ 40 unid.) ³	4	0,48	19,00
Pincel atômico ⁴	20	1,90	38,00
Peça de teatro ⁵	1	350,00	350,00
Transporte (gasolina Litros) ⁶	50	2,70	135,00
Festa típica ⁷	1	1.500,00	1.500,00
Total	178	1.864,00	2.083,80

Fontes. ¹²³⁴ <http://www.efacil.com.br/DetalleProducto.aspx?CodMer=809730>. Acesso: 14-06-10. ⁵ Baseado em orçamento da peça “O homem trabalhador”, realizado na escola em 2010. ⁶ CASCOL COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS LTDA data: 14-06-10. ⁷ Baseado em orçamento da Quadrilha realizada na escola em 2010.

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para assegurar que o projeto seja executado, as atividades propostas deverão ser executadas todos os dias no primeiro horário. Ao longo do ano letivo, várias atividades interdisciplinares serão realizadas, tais como o jornal mural, festa típica africana, Ciclo de palestras, entre outros, que contarão com a participação de todos os professores envolvidos no projeto. Além disso, serão desenvolvidas dentro de sala de aula outras atividades integradoras que promovam o respeito à diversidade e contribuam para a formação de cidadãos. Ao final do ano, cada professor deverá apresentar um relatório ao coordenador do projeto avaliando o desenvolvimento das atividades, indicando os pontos positivos, as dificuldades e as limitações que enfrentou durante a realização dos trabalhos. Além disso, os alunos deverão ter um retorno dos professores acerca do desenvolvimento do projeto, para que reconheçam o fruto do trabalho em grupo. Isso ocorrerá em um momento de integração máxima, ao final das atividades, em que professores e alunos farão, em conjunto, um balanço geral sobre o desenvolvimento das atividades propostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Setor Pastoral Social. **O Brasil: Alternativas e Protagonistas**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, MEC/CNE, 2004.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros in: História da educação do negro e outras histórias**. Coleção Educação para Todos. UNESCO. Brasília, 2005. p. 17-33.

CURY, Munir. **A Educação como direito fundamental e seus instrumentos de exigibilidade**. <http://www.abmp.org.br/textos/134.htm>. Acesso: 11-05-10.

DELORS, Jacques. **Os pilares da educação in: Educação: um tesouro a descobrir**. UNESCO, 1998. p. 89-117.

HELER, Agnes. **Cotidiano e a história**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11ª Edição. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de amostragem por domicílio (PNAD)**. IBGE, 2008. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>. Acesso: 20-06-2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Secretaria da Educação Especial e Educação Inclusiva. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**. Brasília, MEC, 2004.

MORAES, Maria Candida. **O paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas**. Revista Em Aberto. Brasília. Ano 16, n.70, abr./jun.1996. p. 57-69.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos: artigo XXXVI, 1. Paris, 10 de dezembro de 1948. http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso: 19-06-10.

NAGLE, Jorge. **História da educação brasileira: problemas atuais**. Revista Em aberto, Brasília 3(23), set/out, 1984.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: FOME ZERO. **Ensino de cultura afro-brasileira é obrigatório na educação básica**. Dez. 2007. <http://www.fomezero.gov.br/noticias/ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileiras-e-obrigatorio-na-educacao-basica>. Acesso: 16-06-10.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União (DOU). 26 de dezembro de 1996. portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acesso: 20-06-10.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei Nº 10.639**. 10 de Janeiro de 2003. Diário Oficial da União (DOU). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm Acesso: 18-06-10.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei Nº 11.645**. 11 de março de 2008. Diário Oficial da União (DOU).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm.
Acesso:18-06-10.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.